

A mistificação da proteção

Por Lúcio Flávio Pinto

Os “projetos de impacto” foram um dos mais característicos e utilizados instrumentos de poder dos governos militares a partir de 1964. Encomendados aos laboratórios da tecnoburocracia oficial, com a participação complementar de consultores privados (ou vice-versa), eram apresentados à opinião pública já prontos e acabados. Deviam ser imediatamente postos em prática, independentemente de eventuais questionamentos externos.

Sua legitimidade decorria do selo de aprovação. Mesmo sendo um processo estritamente interno (mas entre “os melhores”), o aval técnico era garantia de que a inteligência fora considerada e assegurava a qualidade do produto. Era uma combinação do Platão político (algumas vezes disfarçado de Sócrates) com os métodos do Estado-Maior militar e o “centralismo democrático” dos bolcheviques, muito mais centralista (ou quase só) do que democrático. O regime podia ser ditatorial, mas se conferia a prerrogativa de não ser burro.

A Transamazônica foi um dos “projetos de impacto” mais celebrados. Seus autores a anunciaram como “uma das duas únicas obras humanas que os astronautas veriam do espaço na Terra” (a outra era a Muralha da China). Seria uma realização tão notável quanto a própria corrida espacial, na qual russos e americanos então se engalinhavam, na travessia da década de 60 para a de 70, no século que acaba de passar.

Quando começou a sentar o fogo-fátuo de glamour da Transamazônica, o governo comunicou ao distinto público que começaria um traçado rodoviário semelhante do outro lado do rio Amazonas. Era a Perimetral Norte, que correria às proximidades da fronteira do Brasil com as Guianas e, alcançando Venezuela e Colômbia, infletiria para o sul, numa segunda etapa.

Alguns trechos da nova maravilha foram abertos a partir do litoral do Amapá, de um ponto a montante de Oriximiná, no Pará, e em torno de Caracaraí, em Roraima. Mas o “milagre econômico” brasileiro começava a perder gás, sem poupança real para fortalecê-lo, e a grande rodovia acabou abandonada. Ninguém, em sã consciência, podia deixar de louvar esse fato. Se a Perimetral repetisse a Transamazônica, com suas espinhas de peixe vicinais estendidas pela garganta da terra firme da região, a destruição teria sido pior. Um terreno mais acidentado, um equilíbrio ecológico mais tênue e o pouco conhecimento do “escudo das Guianas” teriam provocado danos brutais à margem esquerda do Amazonas.

Mas quando a democracia foi restabelecida no Brasil, em 1985, o primeiro presidente civil em 20 anos concordou com seus assessores que se uma rodovia ainda era inviável de construir, a necessidade de “integração” que ela supriria continuava a se impor. Uma tão vasta região, dominada pelos elementos da natureza e uma população

sem o selo cartorial da nacionalidade, a dos índios, não tinha a garantia da segurança nacional. Permanecia sujeita à inexaurível cobiça internacional, a rondar, sempiterna, a Amazônia.

Por isso, num momento de seu refluxo e eliminação no restante do país, graças à redemocratização, a doutrina da segurança nacional foi retemperada na Amazônia pelo Projeto Calha Norte, obra de José Sarney. O espectro da Transamazônica não se materializara, mas continuava a pairar sobre “a última página do Gênesis”, conforme Euclides da Cunha vira a região 80 anos antes. A margem esquerda permaneceria sob a tutela do alerta geopolítico até que a lâmina dos tratores pudesse ser acionada outra vez para modelar a paisagem agreste e estranha à imagem que dela tem – e a ela pretende impor – o colonizador.

Assim, a faixa mais setentrional do Brasil continuou a ser aquele “sertão ignoto” que sempre está a atormentar a mente litorânea dos autores das decisões nacionais, num país tão imensamente hostil às generalizações, mas, apesar de tudo, obrigado a elas se sujeitar (porque quem pode manda e quem não pode, obedece, no ditado servil). E assim continuaria essa “terra de ninguém”, com suas projeções fantasmagóricas sobre o pano de fundo de teorias conspiratórias ou dos discursos sebastianistas de entonação verde, se no dia 4 de dezembro, a menos de um mês do final do seu mandato, o governador do Pará, Simão Jatene, do PSDB, não tivesse protagonizado um feito assemelhado aos “projetos de impacto” da te(cn)ocracia militar.

Na Estação das Docas, em Belém, um dos templos da arquitetura Tucana na paisagem urbana – ferro, vidro & ar condicionado para

A faixa mais setentrional do Brasil continuou a ser aquele “sertão ignoto” que sempre está a atormentar a mente litorânea dos autores das decisões nacionais

isolar confortavelmente a clientela do poder das belezas agressivas do cartão postal da natureza, mantido do outro lado, mas de pleno usufruto na sua imagem pictórica –, o governador assinou “o maior ato de criação de unidades de conservação da história em todo o mundo”.

“Nunca se criou tantas unidades num mesmo ato”, sentenciou o pesquisador Adalberto Veríssimo, do Instituto do Homem e do Meio Ambiente (Imazon), que funcionou como laboratório da nova criatura, agora de perfil ecológico, em contraste com seu antecessor formal, de viés rodoviário.

Declarações de entusiasmo e de aprovação brotaram não só no Estado e no país: também vieram do exterior, com timbre de credibilidade. Não era para menos: de uma só canetada, foram criadas nove unidades de conservação, totalizando 16,4 milhões de hectares. Com essas unidades, a área sob proteção oficial no Pará cresceu de 46% para 59% do território estadual, bem próximo de alcançar a meta estabelecida no Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado, de 65%.

Apesar de duas dessas áreas, com 1,4 milhão de hectares, terem sido excluídas à última hora, por força de decisão do juiz federal de Altamira, Herculano Martins Nacif, que atendeu liminarmente o Ministério Público Federal, contrário à criação da Floresta Estadual da Amazônia e da Área de Proteção Ambiental Santa Maria, o saldo – de 15 milhões de hectares – não escaparia à admiração de qualquer inglês, com cujas vistas a administração pública brasileira tanto se preocupa, há tempos.

Só na área de jurisdição do ainda em vigor Projeto Calha Norte são 12,8 milhões

de hectares. Essa já é “a maior área contínua de preservação do mundo”. Mas ela se agiganta ainda mais com sua continuação a leste, com o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, criado pelo governo Fernando Henrique Cardoso, e a oeste, com o Corredor Central da Amazônia, no vizinho Amazonas.

É uma extensão linear de três mil quilômetros, do Oceano Atlântico à fronteira com a Colômbia, 50% a mais do que a Belém-Brasília. Com 4,2 milhões de hectares, área maior do que o território da Dinamarca, a Estação Ecológica Grão-Pará passa a ser a maior unidade de conservação de florestas tropicais do mundo, em qualquer categoria, passando à frente do parque de FHC.

No foguetório que se seguiu ao ato da criação, não faltaram alguns pega-moleque de críticas e certo traque de ceticismo. O Ministério Público Federal, normalmente associado ao ambientalismo, seguiu na contramão, argumentando que as duas unidades impugnadas serviriam a madeireiros e não aos nativos, embora um conjunto representativo destes tratasse de se manifestar contra a tutela do MP, que estaria a serviço de uma ONG internacional, enquanto os nativos seriam manobrados por madeireiros, funcionando como ventríloquos, incapazes de discernir essa situação. Confuso? Um tanto. Mas é assim o panorama quando situações novas surgem e não se revelam por inteiro à opinião pública.

O incidente não foi suficiente, porém, para ameaçar os galões da glória assumidos pelo governo estadual. No prospecto oficial, a bomba de efeito retardado representada pela Perimetral Norte foi

14% dos 270 mil quilômetros quadrados da área paraense no Calha Norte poderão ser utilizados para a agropecuária

desarmada: o eixo do avanço humano deixa de seguir a diretriz do desmatamento e passa a acompanhar a conservação da natureza, a preservação da biodiversidade e o uso sustentado dos recursos naturais, valorizando-se o principal deles, a floresta. Ao invés da barbárie, a civilização. Ao experimentalismo desinformado, a ação sob controle, fundamentada.

Já os críticos recorreram a um esquema explicativo genérico: tudo não passa de artifício engenhoso para entregar a floresta aos madeireiros, sob a proteção do Estado e sem as contra-indicações das frentes econômicas que atuaram – e ainda atuam – na margem direita do Amazonas, provocando conflitos sem fim. É a privatização das florestas públicas, sumariza a palavra de ordem.

Há um dado em favor dessa desconfiança prévia: dos 16,4 milhões de hectares que foram ou serão criados, mais de dois terços são para uso, não para preservação ou conservação. Serão 56% para a produção florestal, com 7,8 milhões de hectares; 14% dos 270 mil quilômetros quadrados da área paraense no Calha Norte poderão ser utilizados para a agropecuária. Não é pouco, muitíssimo pelo contrário.

Os criadores do novo “projeto de impacto” sustentam o significado ambiental das criaturas, não negam sua dimensão econômica, garantem que sem essa combinação o resultado seria insondável e asseguram que o principal efeito será um passo à frente do impasse atual: o experimento florestal não se estabelece e o desmatamento prossegue sua sanha.

Beto Veríssimo disse ao site “Pará Negócios”, de Raimundo José Pinto, que agora a indústria florestal “não terá mais desculpa de não trabalhar dentro da legalidade, pois

vai ter uma oferta de florestas legalizadas, de grande significado”. O discurso retrógrado de que qualquer iniciativa ambientalista bloqueia a atividade produtiva é desmontado e passa-se a encarar o desafio de usar racionalmente os recursos da floresta, sem destruí-la. Enfim, a cultura do desmatamento é substituída pela cultura florestal. Hosana nas alturas.

Se o otimismo é o combustível da vontade, o pessimismo é a matéria prima da inteligência. De fato, o oráculo dessa Delfos verde precisava ser enfrentado em algum momento, se possível já, antes de simplesmente não haver mais mata nativa para criar problemas, o desfecho inevitável do modelo atual, “desenvolvimentista”. O governador Simão Jatene, que era um sacerdote dessa religião até ontem, terá tido a visão santificadora de um São Paulo ao tucupi, buscando o bom combate exatamente quando o gongo do seu mandato vai soar e no mau combate que se travava a linha abaixo da cintura era tudo canela?

Não há dúvida de que, pela perspectiva política, seu ato foi de um maquiavelismo de mestre. Ele deixará o governo sob os aplausos dos que o combateram até a undécima hora. Projetará sobre o seu percurso político futuro uma bandeira que poderá desfraldar se ainda pretender ser candidato a alguma coisa (a prefeito de Belém, por exemplo, em 2008). E legará à sua sucessora um abacaxi gigantesco, de embevecer qualquer Rede Globo, à cata de exotismos retumbantes como um abacaxi para sua próxima atração televisiva.

O presidente Lula acaba justamente de eleger o alvo preferencial do seu já conturbado segundo mandato: a trava ecológica. É uma porteira de má-fé, insensatez, utopia

O Pará tem realmente condições de comandar um programa de controle dos projetos de manejo florestal?

& poesia a barrar a passagem do desenvolvimento, que cumpre abrir para o último sertão, onde a lei, como nas gerais de Guimarães Rosa, é a do cão. Antes de sua súbita beatificação ambientalista, o governador do Pará faria coro a esse canto, para o qual sempre esteve afinado.

Numa sinuca de bico, a nova governadora, Ana Júlia Carepa, do PT, terá que continuar integralmente o enredo, funcionando exatamente como continuísta de filme (aquele que responde pela cena seguinte à que acaba de ser encerrada por sua claquete), ou se arriscar a refazer a história. O problema é que suas contingências se inverteram: de Brasília hão de querer que siga a ordem de destravar as amarras do desenvolvimento; de Belém, de Nova York, de Londres e de outros centros espalhados pelo mundo haverão de seduzi-la a consolidar a façanha ecológica.

Haverá desvios e esquinas nessa avenida, com três mil quilômetros de extensão de massa vegetal a estudar, preservar e pôr abaixo. Com bom jogo de cintura e algum domínio da arte será possível fazer de tudo um pouco e chegar ao muito do pouco, que faz a glória de um político sagaz. Mas é justamente aí que a porca entorta o rabo, para usar uma expressão que o presidente da república não se vexaria em usar: o Pará tem realmente condições de comandar um programa de controle dos projetos de manejo florestal e demais usos da terra nesse paradisíaco laboratório imaginado para sua maior fronteira, tão distante das cabeças pensantes enquistadas na capital?

A tábua das leis desse maravilhoso plano é o nunca tão assazmente louvado Macrozoneamento Ecológico-Econômico.

Às vésperas de sua aprovação na Assembléia Legislativa do Estado, em maio de 2005, depois de seis anos de discussão sob bitola estreita, descobriu-se que, para ser aprovado à unanimidade, como se queria, era preciso submetê-lo a uma audiência supostamente pública. Arrumou-se uma sessão nos subterrâneos da sede do legislativo e apresentou-se a criatura: a montanha pariu um rato.

A base cartográfica do projeto de lei era na escala de um por cinco milhões. Meio século antes o IBGE fizera uma revolução no país ao produzir o primeiro mapa do Brasil ao milionésimo, com um grau de precisão (ou de aproximação) cinco vezes maior (o Acre anunciou agora que também fará seu zoneamento, mas na escala de um por 250 mil). A plotagem potencial do uso do Pará era digna de sala de aula de 1º grau de ensino. Pois foi com base nela que os deputados, unanimemente, deram um cheque em branco ao executivo. Sabendo nada, delegaram ao governo o poder de dizer tudo. Sem precisar, nesse momento operacional, prestar contas de coisa alguma.

Como todos estão cansados de saber, a página em branco tudo aceita. Uma vez emitido e endossado o cheque, os “melhores” se reuniram, trabalharam com afinco, puseram em prática o que sabiam, armaram-se de ferramentas para saber mais, e de suas batcavernas informatizadas emergiram com a tábua das leis florestais, anunciadas no apagar das luzes tucanas para serem postas em execução, como faziam os demiurgos do regime militar.

A boa intenção é óbvia e os bons propósitos se materializaram. Mas quem garante que o mundo real corresponderá aos comandos virtuais? Como evitar que a bela criatura deitada na mesa (ou no divã) dos técnicos

não resulte num Frankenstein? Quem assegura que o mr. Jekyll não será o dr. Hyde (ou vice-versa)?

O Pará tem uma lei florestal, velha e inédita. Quando ela foi criada, não havia o órgão para executá-la, por isso ela permaneceu virgem. O Instituto de Desenvolvimento de Florestas do Estado do Pará finalmente foi dado à luz, no papel (e remetido à sanção do legislativo, na presunção de mais uma unanimidade a Nelson Rodrigues), embora com uma sigla (Ideflor) sujeita a acidentes de percurso (um “a” moleque adicionado no final da sigla será terrível: Ideflora; e o “desenvolvimento” tem raízes traumáticas, como no IBDF¹). Mas a luz pode ser forte demais para sua tênue visão. O campo de sua jurisdição é grandioso, grandiosidade que pode ser sua salvação – ou sua derrocada. Numa época de democracia, impacto desse tipo parece um despropósito. Ainda que com muitos e elevados propósitos.

Agora, é correr atrás de Inês, antes que ela tenha, com outra história e outro décor, o destino da margem direita do Amazonas.

Sobre o autor

Lúcio Flávio Pinto, sociólogo e jornalista. Editor do Jornal Pessoal, quinzenário que circula em Belém há quase 20 anos. Autor de 12 livros individuais, o último dos quais é Jornalismo na Linha de Tiro. Participação em várias outras obras coletivas.

¹ Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal